

## O Governo de Figueiredo

### Teoria

#### O governo de João Baptista Figueiredo (1979–1985)

Entre 1979 e 1985, aprofundou-se o processo de redemocratização política no Brasil, sobretudo por causa das pressões populares. Com o fim do governo Geisel, o militar castelista João Baptista Figueiredo foi o candidato indicado para dar continuidade ao processo de abertura política de forma “lenta, gradual e segura”.

O desgaste do governo com as consecutivas crises e o aumento da inflação construíram um cenário no início da década de 1980 de agravamento das desigualdades e da pobreza. Nesse período, cresciam as pressões não só pela redemocratização, mas também pela **Lei da Anistia**. Vários movimentos sociais eclodiram no país, mantendo um clima de tensão e preocupação com a possibilidade de um retrocesso na retomada da democracia. Com um governo de seis anos, o então presidente precisou lidar com o descontentamento cada vez maior pelo regime militar e mediar o interesse de uma ala mais radical das Forças Armadas que queriam se manter no poder.

Em 1985, após diversos protestos, greves, campanhas e debates, a ditadura não conseguiu mais se sustentar. Encerrava-se no Brasil um ciclo de 21 anos de opressão, torturas, violência e autoritarismo por parte do Estado brasileiro.

#### A permanência da crise econômica

Em 1974, o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) visava retomar o crescimento da economia brasileira, mas não obteve o sucesso esperado pelos militares. Em vez disso, o plano manteve a crise, ampliando a dívida externa e agravando a pobreza e as desigualdades.

Para piorar ainda mais o cenário, a economia global também não se encontrava em uma boa situação. Em 1979, mais uma **crise do petróleo** havia abalado o mundo, e em 1982 a moratória do México incentivou uma desconfiança do capital internacional em economias frágeis como a brasileira. Esse processo de crise levou ao que ficou conhecido como “a década perdida”, durante os anos de 1980, algo que foi uma realidade para toda a América Latina.

As condições econômicas para o crescimento ou para a estabilidade eram péssimas, e a classe operária foi a que mais sentiu o impacto. Assim, em 1978, buscando denunciar os arrochos salariais e as más condições de trabalho, o movimento trabalhista ganhou força no cenário político. As **greves no ABC Paulista** superaram a **Lei Antigreve** de 1964 e desestabilizaram os últimos meses do governo de Geisel.

A reestruturação dos movimentos sociais também contou com a participação essencial do movimento estudantil – que, além de lutar contra o autoritarismo, pontuava a grande desigualdade social e o aumento do custo de vida. Entre 1979 e 1980, o chamado **Novo Sindicalismo** mobilizou greves em Osasco, Guarulhos e São Bernardo do Campo, com a participação de metalúrgicos,

bancários, professores, jornalistas, funcionários públicos e diversos outros grupos. Desse movimento de luta contra os arrochos salariais e o autoritarismo militar, destacou-se a liderança de **Luís Inácio Lula da Silva**.

Ainda em tal cenário, a mobilização de muitos desses trabalhadores e de militantes possibilitou o surgimento de novos partidos, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1979, de Leonel Brizola; e o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, de Lula. Em 1983, a organização dos trabalhadores ainda criou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, em 1986, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

## O processo de redemocratização

Como visto, o período de transição do governo Geisel para o de Figueiredo foi conturbado, uma vez que foi marcado pelo aumento das greves e manifestações sociais. A pressão popular e as reivindicações por mudanças geraram um cenário insustentável para a manutenção do autoritarismo, o que ajudou a acelerar a redemocratização, que seria “lenta, gradual e segura”.

O ano de 1979 foi particularmente importante. No dia 28 de agosto, após anos de luta e pressão de movimentos sociais, a **Lei da Anistia** foi aprovada, perdoando todos os militares e militares presos e exilados por cometerem crimes políticos.

Como já é de se imaginar, a discussão em torno da aprovação da lei também não foi uma tarefa simples, afinal havia pressões por parte dos militares para que a anistia se estendesse a eles. A ideia de uma anistia “**ampla, geral e irrestrita**” era defendida por muitos militantes, mas a lei em si apresentou limitações e contradições, anistiando, inclusive, os militares. Diversos crimes brutais haviam sido cometidos em nome da ditadura; e, com a nova lei, as Forças Armadas não poderiam ser atingidas criminalmente. Assim, apesar da vitória nessa conquista, a lei também acabou perdoando muitos torturadores e criminosos do Estado, enquanto os militantes acusados de atos terroristas ou de participarem da luta armada não receberam a anistia.



**Pega a visão:** Em 2011, durante o governo Dilma, foi instalada a Comissão Nacional da Verdade, para investigar as violações aos direitos humanos ocorridas durante o período de 1946 a 1985, com uma ênfase no período da ditadura militar. No entanto, devido à Lei da Anistia, mesmo que alguns fossem comprovadamente culpados, não seria permitida a punição pelos crimes cometidos.

Vale destacar que a Lei da Anistia já era uma reivindicação antiga da sociedade civil. Ainda na metade dos anos 1970, a advogada Therezinha Zerbini fundou o **Movimento Feminino pela Anistia**, com importante participação das mulheres nos debates e campanhas sobre o tema. Esse assunto também ganhou as torcidas organizadas, como as do Santos, Flamengo e Corinthians, que se manifestaram nos estádios apoiando a anistia. Em 1978, enfim, foi criado o **Comitê Brasileiro pela Anistia**, também com forte participação política nessa luta.



Faixa levantada na arquibancada durante partida entre Corinthians e Santos, defendendo a anistia “ampla, geral e irrestrita”.

Disponível em: [diariodopeixe.com.br/noticias/luta-contra-a-ditadura-uniu-torcidas-de-santos-e-corinthians/](http://diariodopeixe.com.br/noticias/luta-contra-a-ditadura-uniu-torcidas-de-santos-e-corinthians/). Acesso: fevereiro de 2022.

Ainda em 1979, no mês de novembro, outra lei estremeceu as bases da ditadura, a **Lei Orgânica dos Partidos Políticos**, que foi responsável por **encerrar o bipartidarismo**. A permissão de novos partidos foi uma estratégia da própria ditadura, configurando-se como uma das últimas tentativas de enfraquecer o MDB, por meio de sua fragmentação. No entanto, o plano acabou permitindo a participação política nas eleições de 1982 de partidos que surgiram nesse cenário, como:

- PDT;
- PT;
- Partido Trabalhista Brasileiro (PTB);
- PMDB, a nova face do Movimento Democrático Brasileiro (MDB);
- Partido Democrático Social (PDS), composto por integrantes do Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Porém nem todo mundo estava feliz com o fim da ditadura e o processo de redemocratização, que acabou encontrando resistência na ala da “linha dura”. A insatisfação dessa parcela de militares levou a uma série de atentados terroristas como uma tentativa de desestabilizar o governo e o processo de abertura política.

Um dos atentados mais polêmicos foi a explosão de uma carta-bomba dentro da sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro, em 1980. Outro ataque famoso foi o do Riocentro, num evento em comemoração ao Dia do Trabalhador, em 1981. Nesse atentado, uma das bombas explodiu numa central de energia e a outra detonou com os próprios militares, dentro do carro que a transportava, matando um sargento e ferindo um oficial do exército. O fracassado ataque dos militares foi noticiado e reduziu a força da “linha dura”.

Apesar dessa resistência e dos atentados, a retomada dos partidos e a organização de novas lideranças populares tiveram um importante impacto nas próprias manifestações urbanas. Nomes como Lula, Brizola e Ulysses Guimarães passaram a incentivar passeatas e campanhas na luta por eleições diretas para presidente, manifestações essas que ficaram conhecidas como **Diretas Já**.

O apelo popular e as manifestações urbanas pela eleição direta também ganharam espaço no Congresso, no qual membros dos novos partidos passaram a debater a questão. Em 1983, a chamada **Emenda Dante de Oliveira** seria a responsável por sintetizar esse desejo nacional; mas, em votação, acabou não sendo aprovada, graças à pressão contrária do PDS.

Foi apenas em 1985 que, enfim, o ciclo de presidentes militares teve fim no Brasil. Na eleição indireta, programada para janeiro deste ano, uma ala do PDS, insatisfeita com a indicação do político Paulo Maluf, criou a chamada **Frente Liberal**, que apoiou a candidatura de **Tancredo Neves**, do PMDB, em uma chapa com **José Sarney** como vice, chamada de **Aliança Democrática**.

Em janeiro de 1985 o Colégio Eleitoral, formado por membros do Congresso, votou em maioria na candidatura de Tancredo Neves, que foi eleito como o primeiro presidente civil da República após 21 anos de ditadura militar. No entanto, antes mesmo de sua posse, no dia 14 de março, Tancredo foi internado por conta de uma crise de apendicite, que teria se tornado em pouco tempo uma infecção generalizada. A condição do novo presidente impediu sua posse, que foi tomada por José Sarney – o vice –, que acabou assumindo a presidência da República de forma permanente depois da morte de Tancredo Neves no mesmo ano.



Manifestantes reunidos em campanha pelas "Diretas Já", em 1984.

Disponível em: [www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/02/sancionada-a-revogacao-da-lei-de-seguranca-nacional-artigo-contra-disseminacao-de-fake-news-e-vetado](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/02/sancionada-a-revogacao-da-lei-de-seguranca-nacional-artigo-contra-disseminacao-de-fake-news-e-vetado). Acesso: fevereiro de 2022.

# 1964 A 1974



CASTELLO BRANCO  
(1964 - 1967)

BASES DA DITADURA MILITAR  
ATOS INSTITUCIONAIS  
NOVA CONSTITUIÇÃO (1967)  
LEGITIMA O GOLPE



COSTA E SILVA  
(1967 - 1969)

AS RELAÇÕES ENTRE  
ESTUDANTES E MILITARES  
FICAM MAIS ACIRRADAS  
ASSASSINATO DO  
ESTUDANTE EDSON LUIS  
PASSEATA DOS CEM MIL  
AI-5 FECHA O CONGRESSO

INÍCIO DOS  
"ANOS DE CHUMBO"



MÉDICI  
(1969 - 1974)

PROPAGANDA E  
REPRESSÃO  
BRASIL TRICAMPEÃO  
MUNDIAL DE FUTEBOL  
AME OU DEIXE-O



1974 - 1979

"LENTA,  
GRADUAL  
E SEGURA"

SÍSTOLES E DIÁSTOLES  
ABERTURA POLÍTICA  
PACOTE DE ABRIL (1977)  
FIM DO AI-5 (1978)

## GOVERNO FIGUEIREDO



JOÃO FIGUEIREDO

LEI DA ANISTIA (1979)

exilados puderam  
retornar ao país

ampla, geral  
e irrestrita

PLURIPARTIDARISMO

novos partidos  
formados

LINHA DURA

ATOS TERRORISTAS  
para desestabilizar  
o governo



ATENTADO  
do Riocentro  
(1981)

EMENDA DANTE DE OLIVEIRA

MANIFESTAÇÕES NA RUA

DIRETAS JÁ  
(1984)



pressão pra se  
escolher um presidente  
democraticamente

TANCREDO NEVES

ELEIÇÃO INDIRETA  
(1985)



JOSÉ SARNEY

INÍCIO AO  
GOVERNO CIVIL

## DITADURA MILITAR

descomplica



Quer assistir ao vídeo desse mapa Mental? [Clique aqui.](#)

## Exercícios de fixação

---

1. Qual lema era utilizado por manifestantes que defendiam a Lei da Anistia?  
(A) “Limitada, específica e restrita”.  
(B) “Ampla, geral e restrita”.  
(C) “Ampla, geral e irrestrita”.  
(D) “Ampla, específica e irrestrita”.
  
2. Para resolver a questão do impasse relacionado à sucessão do presidente da República, foi criada uma chapa eleitoral chamada de:  
(A) Democracia Já.  
(B) Aliança Democrática.  
(C) Los Demócratas.  
(D) Comitê Brasileiro pela Democracia.
  
3. A reorganização dos movimentos sociais em meados de 1970 permitiu um forte protagonismo na luta contra o autoritarismo e a favor da redemocratização de grupos, como  
(A) artistas e expatriados.  
(B) sindicalistas e estudantes.  
(C) indígenas e do grupo “linha dura”.  
(D) estudantes e estrangeiros.
  
4. Com a promulgação da Lei Orgânica dos Partidos, em 1979, e o fim do bipartidarismo, o partido que surgiu composto por membros da antiga ARENA foi o:  
(A) PDS.  
(B) PT.  
(C) PMDB.  
(D) PBD.
  
5. Movimento popular em prol das eleições diretas para presidente no final do mandato de Figueiredo:  
(A) Indiretas já.  
(B) Frente Liberal.  
(C) Diretas Já.  
(D) Frente Ampla.

# **Exercícios de vestibulares**



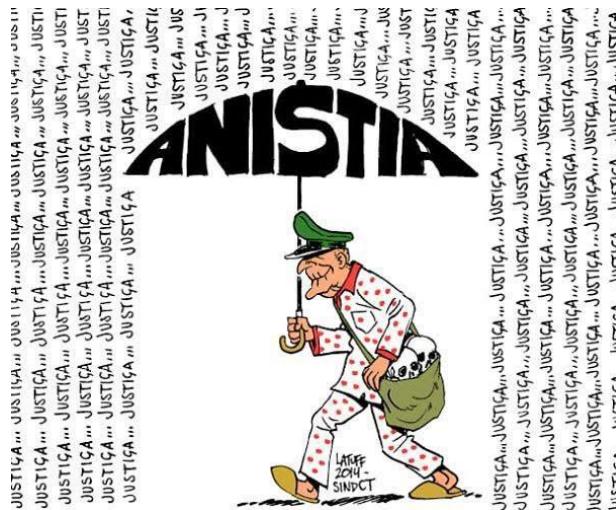
1. (Enem PPL, 2013) Depois de dez anos de aparente imobilidade, 77.950 operários estavam em greve em São Bernardo, Santo André, São Caetano e Diadema – o chamado ABCD, coração industrial do país. Em todas as fábricas, os operários cruzaram os braços em silêncio. Apanhado de surpresa, o governo militar ficou por algum tempo sem ação. Os empregadores, por sua vez, sofriam sérios prejuízos a cada dia de greve.

ALVES, M. H. M. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984 (adaptado).

O movimento sindical, em fins dos anos 1970, começou a se rearticular e a patrocinar greves de significativa repercussão. Essas greves aconteceram em um contexto político-institucional de

- (A) revogação da negociação coletiva entre patrões e empregados.
  - (B) afirmação dos direitos individuais por parte de minorias.
  - (C) suspensão da legislação trabalhista forjada durante a Era Vargas.
  - (D) limitação à liberdade das organizações sindicais e populares.
  - (E) discordância dos empresários com as políticas industriais.

2. (Faceres, 2018) Observe a imagem a seguir:



A charge, produzida por Latuff, em 2014, satiriza a Lei da Anistia, de 1979. Sobre essa lei, é correto afirmar que

- (A) Foi precursora do Estatuto do Idoso, protegendo os militares em idade avançada dos abusos da justiça na época.
  - (B) Liberou presos políticos da ditadura, mas também anistiou os militares acusados de praticar torturas e assassinatos.
  - (C) Liberou presos políticos da ditadura, mas não anistiou os militares acusados de praticar torturas e assassinatos.
  - (D) Garantiu privilégios aos militares, estendendo-se aos seus herdeiros, o que era ilegal na época.
  - (E) Protegeu os militares idosos que haviam lutado em guerras. A partir de então, não seriam mais convocados.

### 3. (Enem, 2010)

"A gente não sabemos escolher presidente  
A gente não sabemos tomar conta da gente  
A gente não sabemos nem escovar os dentes  
Tem gringo pensando que nós é indigente  
Inútil  
A gente somos inútil"

MOREIRA, R. Inútil. 1983 (fragmento).

O fragmento integra a letra de uma canção gravada em momento de intensa mobilização política. A canção foi censurada por estar associada

- (A) ao rock nacional, que sofreu limitações desde o início da ditadura militar.
- (B) a uma crítica ao regime ditatorial que, mesmo em sua fase final, impedia a escolha popular do presidente.
- (C) à falta de conteúdo relevante, pois o Estado buscava, naquele contexto, a conscientização da sociedade por meio da música.
- (D) a dominação cultural dos Estados Unidos da América sobre a sociedade brasileira, que o regime militar pretendia esconder.
- (E) à alusão à baixa escolaridade e à falta de consciência política do povo brasileiro.



### 4. (Enem PPL, 2012) "É para abrir mesmo e quem quiser que eu não abra eu prendo e arrebento."

Frase pronunciada pelo presidente João Baptista Figueiredo. Apud RIBEIRO, D. *Aos trancos e barrancos e o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

A frase do último presidente do regime militar indicava a ambiguidade da transição política no país. Neste contexto, houve resistências internas ao processo de distensão planejado pela alta cúpula militar, que se manifestaram com

- (A) as campanhas no rádio, TV e jornais em favor da lei de anistia.
- (B) as posições de prefeitos e governadores em apoio à instalação de eleições diretas.
- (C) as articulações no Congresso pela convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte.
- (D) os atos criminosos, como a explosão de bombas, de militares inconformados com o fim da ditadura.
- (E) as articulações dos parlamentares do PDS, PMDB e PT em prol da candidatura de Tancredo Neves à presidência.

5. (Enem PPL, 2016)



A imagem faz referência a uma intensa mobilização popular e pode ser traduzida com

- (A) campanha popular que confrontava a legitimidade das eleições indiretas no país.
  - (B) a manifestação de milhares de pessoas em prol da realização de eleições para o Senado.
  - (C) as passeatas realizadas em prol do fim da Ditadura Militar no Brasil e na Argentina.
  - (D) os comícios e manifestações populares pela abertura política de forma lenta e segura.
  - (E) o movimento que exigia o direito à igualdade de voto para homens e mulheres.
6. (Enem, 2016) Batizado por Tancredo Neves de “Nova República”, o período que marca o reencontro do Brasil com os governos civis e a democracia ainda não completou seu quinto ano e já viveu dias de grande comoção. Começou com a tragédia de Tancredo, seguiu pela euforia do Plano Cruzado, conheceu as depressões da inflação e das ameaças da hiperinflação e desembocou na movimentação que antecede as primeiras eleições diretas para presidente em 29 anos.

O álbum dos presidentes: a história vista pelo JB. Jornal do Brasil, 15 nov. 1989.

O período descrito apresenta continuidades e rupturas em relação à conjuntura histórica anterior. Uma dessas continuidades consistiu na

- (A) representação do legislativo com a fórmula do bipartidarismo.
- (B) detenção de lideranças populares por crimes de subversão.
- (C) presença de políticos com trajetórias no regime autoritário.
- (D) prorrogação das restrições advindas dos atos institucionais.
- (E) estabilidade da economia com o congelamento anual de preços.

7. (Enem PPL, 2015)



SANTIAGO. O interior. In: LEMOS, R. (Org.). Uma história do Brasil através da caricatura: 1840-2001. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001 (adaptado).

O diálogo entre os personagens da charge evidencia, no Brasil, a(s)

- (A) reinserção do país na economia globalizada.
- (B) transformações políticas na vigência do Estado Novo.
- (C) alterações em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país.
- (D) suspensão das eleições legislativas durante o período da Ditadura Militar.
- (E) volta da democracia após um período sem eleições diretas para o Executivo Federal.

8. (Enem Libras, 2017) A construção da Transamazônica foi interpretada por alguns estudiosos como uma espécie de contrarreforma agrária, na medida em que abriu para as populações rurais pobres uma nova fronteira de expansão. Na prática, porém, os projetos de colonização da Amazônia fracassaram ou não tiveram continuidade. Em 1985, o MST retoma a ancestral luta pela reforma agrária brasileira. Essa luta não é nova, sendo defendida por abolicionistas do século XIX e pelas Ligas Camponesas nos anos 1950-60.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2010 (adaptado).

O processo histórico mencionado evidencia, em temporalidades distintas, um confronto entre

- (A) projetos políticos de ocupação fundiária e resistência social.
- (B) estratégias públicas de qualificação técnica e cultura tradicional.
- (C) mecanismos legais de delimitação territorial e articulação legislativa.
- (D) planejamentos estatais de reforma trabalhista e organização partidária.
- (E) modelos econômicos de desenvolvimento nacional e mobilização sindical.

9. (Enem, 2014) A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu representantes de comissões estaduais e de várias instituições para apresentar um balanço dos trabalhos feitos e assinar termos de cooperação com quatro organizações. O coordenador da CNV estima que, até o momento, a comissão examinou, "por baixo", cerca de 30 milhões de páginas de documentos e fez centenas de entrevistas.

Disponível em: [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br). Acesso em: 2 mar. 2013 (adaptado).

A notícia descreve uma iniciativa do Estado que resultou da ação de diversos movimentos sociais no Brasil diante de eventos ocorridos entre 1964 e 1988. O objetivo dessa iniciativa é

- (A) anular a anistia concedida aos chefes militares.
- (B) rever as condenações judiciais aos presos políticos.
- (C) perdoar os crimes atribuídos aos militantes esquerdistas.
- (D) comprovar o apoio da sociedade aos golpistas anticomunistas.
- (E) esclarecer as circunstâncias de violações aos direitos humanos.

10. (Enem, 2014)

### TEXTO I

A anistia pode ser considerada muito mais uma concessão do que uma conquista ou, mais precisamente, uma manobra política com duas finalidades: reduzir a pressão advinda de setores organizados contra o regime; e produzir defesas substantivas às possíveis revisões do passado com o término previsto do autoritarismo.

SOARES, S. A.; PRADO, L. B. B. *O processo político da anistia e os espaços de autonomia militar*. In: SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. A. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009 (adaptado).

### TEXTO II

A anistia foi uma conquista. Não foi dádiva, foi luta. Não tem que rever.

Entrevista com Therezinha de Godoy Zerbini. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br). Acesso em: 1 ago. 2012 (fragmento).

A Lei de Anistia, aprovada pelo Congresso Nacional em 28 de agosto de 1979, tem sido debatida pela sociedade brasileira. Nos textos, as posições assumidas revelam

- (A) retomada da ditadura militar em nome da unidade nacional.
- (B) valorização dos movimentos ligados à luta armada a partir da abertura dos arquivos.
- (C) relativização dos direitos humanos com base na experiência ditatorial brasileira.
- (D) reescrita da história do terrorismo esquerdistas para compreender o passado.
- (E) reflexão crítica sobre o passado em função de mudanças no cenário político.

**Se liga!**

Sua específica é Humanas e quer continuar treinando esse conteúdo?

[Clique aqui](#) para fazer uma lista extra de exercícios.

## Gabaritos

---

### Exercícios de fixação

1. C

A Lei da Anistia, promulgada em 1979, tinha como lema popular as palavras “ampla, geral e irrestrita” e representou uma vitória para a população brasileira. Contudo a lei também acabou perdoando muitos torturadores e criminosos do Estado, enquanto os militantes acusados de atos terroristas ou de participarem da luta armada não receberam a anistia.

2. B

Para eleições indiretas de 1985, o PMDB e uma ala do PDS, Frente Liberal, insatisfeita com a indicação do político Paulo Maluf, se uniram para apoiar a candidatura de Tancredo Neves, do PMDB, em uma chapa com José Sarney como vice, chamada de Aliança Democrática.

3. B

A reestruturação dos movimentos sociais durante a década de 1970 contou com a participação essencial do movimento estudantil e do sindical – que, além de lutar contra o autoritarismo, pontuava a grande desigualdade social e o aumento do custo de vida do país.

4. A

A promulgação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, em 1979, deu fim ao bipartidarismo político e permissão para a criação de novos partidos, entre eles o Partido Democrático Social (PDS), composto por integrantes do ARENA.

5. C

A retomada dos partidos e a organização de novas lideranças populares fomentou a demanda popular por eleições diretas para presidente. Assim, o povo passou a promover passeatas e manifestações, entre os anos de 1983 e 1984, que ficaram conhecidas como Diretas Já.

### Exercícios de vestibulares

1. D

Os movimentos sindicais se reorganizaram no decorrer da década de 1970, durante o governo Geisel, no qual a censura e a repressão sobre órgãos trabalhistas e sindicais continuaram a todo vapor, apesar do processo de abertura política e de redemocratização.

2. B

A Lei da Anistia concedeu o “perdão” aos declarados “inimigos” do regime, como os exilados políticos, contudo também serviu para anistiar os militares que haviam cometido crimes.

3. B

As canções-protestos estiveram presentes ao longo de toda ditadura militar, a cultura fazia duras críticas e sofria forte repressão. A música foi lançada em 1983, momento em que o Brasil estava passando pela redemocratização e discutindo sobre as próximas eleições presidenciais. Nessa época, o contexto era o das Diretas Já, movimento popular que pedia a votação direta para a presidência.

4. D

Não havia um consenso dentro das Forças Armadas em relação à redemocratização no país. Alguns setores, conhecidos como “linha-dura”, se opuseram e promoveram ataques terroristas para desestabilizar o governo de Figueiredo.

**5. A**

O movimento popular das Diretas Já promoveu uma grande mobilização nas ruas do país em defesa das eleições diretas para presidente do Brasil, o que confrontava a legitimidade das eleições indiretas estabelecidas pelo Congresso no contexto de redemocratização.

**6. C**

Muitos militares continuaram ativos na política, uma vez que não tiveram seu direito de se candidatar restringido. As coligações que se candidataram para as eleições indiretas, como a de Tancredo Neves, tinham muitos políticos que estavam vinculados diretamente à base governamental da época ditatorial.

**7. E**

A descrição de vários acontecimentos históricos evidencia a longevidade da ditadura militar e a ação dos militares em “distrair” a população, enquanto a charge como um todo aponta a volta da democracia, representada pela possibilidade de voto após 21 anos.

**8. A**

Em um contexto de retomada da democracia, entre as décadas de 1970/1980, os movimentos sociais se reestruturaram e passaram a se movimentar por demandas que haviam sido reprimidas durante o regime militar, como a reforma agrária.

**9. E**

A Comissão Nacional da Verdade foi criada, em 2011, pela ex-presidente Dilma Rousseff, com a intenção de investigar os crimes contra os direitos humanos cometidos entre os anos de 1946 e 1985 no Brasil, especialmente durante a ditadura militar. A comissão tentou elucidar os crimes que ocorreram sob responsabilidade direta ou indireta do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, teve o papel de criar uma memória histórica sobre o período.

**10. E**

Após o período de redemocratização, a Lei da Anistia ainda continua sendo debatida, e a mudança de cenário político permitiu que pessoas se posicionem contra a anistia concedida a militares, por exemplo, enquanto existem grupos que entendem que ela foi uma conquista da população e não precisa ser revista.